

Mais do mesmo?

*

PEDRO S. MALAN

Dois anos atrás, em artigo neste espaço (10/6) sobre o que considerava “urgências no gradualismo” em algumas áreas-chave para a retomada dos investimentos no País, concluí com o seguinte parágrafo: “A presidente já demonstrou que tem plena consciência desta urgência. E que tem a coragem para fazer o necessário. A presidente sabe que não há nenhuma pessoa séria torcendo contra o País ou desejando o fracasso de seu governo (à diferença de certa oposição irresponsável de um passado recente). A presidente sabe que tem de lidar com problemas com sua amplíssima base de sustentação no Congresso, com as várias facções do seu próprio partido e com os inúmeros corporativismos do setor público para avançar nas áreas acima – se é que o ‘objetivo’ de elevar a taxa de investimento para 22%/23% do PIB, em seu mandato, não é apenas a expressão de um desejo”.

Pois bem, era um desejo. Continuamos em torno dos 18%. Como era não mais que um desejo o crescimento da ordem de 4% a 5% ao ano (ou mais) tantas vezes prometido, que corre o sério risco de ficar, na média, abaixo de 2% no quadriênio 2011-2014, e com uma inflação (reprimida) talvez acima de 6% na média do mesmo período. A lista das “urgências no gradualismo” aumentou muito desde 2012. A recuperação da confiança de investidores e consumidores, hoje, exige ainda maiores esforços.

Enão só na área da política macroeconômica, fundamental como sempre será. A experiência mostra que há dois tipos distintos de riscos nessa empreitada: o de desacelerações cíclicas e o de mais longo prazo, associado a uma erosão do crescimento potencial da economia. O primeiro é relativamente menos complicado de lidar. O segundo é mais grave. Nós temos os dois. E ambos têm suas urgências.

A primeira é reconhecer que a combinação – por quatro anos – de muito baixo crescimento e de inflação que resiste a baixar dos 6% é expressão de problemas mais fundamentais. Algo difícil para o governo atual. Em parte, porque está, desde pelo menos 2012, totalmente fixado nas eleições de outubro. Em par-

te, porque já optou, há muito, por uma “narrativa” que lhe permite escapar, até as eleições, de discutir a sério o presente, apenas reescrevendo à sua maneira a história passada e projetando, para si, um luminoso futuro.

Mas já vimos esse filme. O governo tem procurado explicar suas dificuldades atuais insistindo em que estamos sofrendo os efeitos da crise internacional. Porém o pico do pânico dessa mesma crise foi em 2008-2009 nos EUA e em 2010-2012 na Europa. E aos brasileiros foi dito que o Brasil teria sido “o último país a entrar na crise e o primeiro a dela sair”, graças à nossa “nova matriz macroeconômica”, que havia levado ao (insustentável) crescimento de 7,5% em 2010. E nossos governantes

Ao que tudo indica, esse discurso tem prazo de validade estampado no rótulo

de então propuseram, em 2010, “mais do mesmo” para o quadriênio 2011-2014.

Agora leio na imprensa que a presidente Dilma Rousseff teria respondido com um lacônico “não sei” à pergunta de um jornalista (estrangeiro) sobre “por que o Brasil cresce pouco”. Deve ter tido suas razões. Uma das que me ocorreram, relendo a imperdível entrevista concedida pela presidente à *Folha* em 28 de julho de 2013, é quase autoexplicativa.

“Nós temos que aumentar a taxa de investimento no Brasil”, disse a presidente. “Tanto que tomamos medidas fundamentais para que isto ocorra. Reduzimos os juros. Desoneramos as folhas de pagamento. Reduzimos a tarifa de energia. E fizemos um programa ousado de formação profissional, o Pronatec. (...) As medidas de redução de custeio nós tomamos. Todas. (...) De agosto (de 2013) até o início do ano que vem (2014) faremos várias concessões: rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, o que vai contribuir para a ampliação dos investimentos.” A jornalista perguntou sobre inflação e a presidente respondeu: “Ela está negativa agora” (notando que fazia acompanhamento diário da taxa de inflação e, no dia da entrevista, ela havia sido de -0,02%). Era um dia de julho de 2013, as manifes-

tações de junho ainda vivas.

Confiante na sua capacidade de cooptação dos “movimentos”, o governo fez uma aposta de que reverteria o quadro a seu favor em poucos meses, restaurando nas pesquisas os pontos de popularidade perdida. Vieram as açodadas cinco propostas. E, principalmente, a decisão de enfatizar, ao extremo, que ao eleitorado o que interessava era emprego e renda, sendo o crescimento do PIB e o nível geral de preços etéreas abstrações para a esmagadora maioria. E a renda real e o emprego estariam muito bem até as eleições – pelo menos. O depois era... o depois.

O problema é que não se deve subestimar a perspicácia do eleitorado. Que pode demorar um pouco, mas acaba, talvez, se dando conta de que taxas de crescimento muito baixas combinadas com taxas de inflação renitentemente elevadas em algum momento podem, sim, pôr em risco a preservação da sua renda real e do seu sonhado melhor emprego.

É bem possível que essa percepção não alcance parcela expressiva do eleitorado antes de outubro. E é bem possível que a máquina de propaganda do governo, com seus vastos recursos e amplo uso das instrumentalidades do poder, convença mais da metade dos eleitores de que eles devem votar de olhos postos nas “conquistas”, que seriam – todas – “dos últimos 12 anos” e que “eles” (quaisquer oposições) iriam destruí-las se eleitos fossem. É lamentável, pela mentira, desfaçatez e hipocrisia, mas alguns dirão: “Isso é do jogo simbólico da política”. Como já foi feito no passado.

O que realmente importa é que problemas de curto, médio e longo prazos estão levando a esta preocupante combinação – há quatro anos – de muito baixo crescimento e relativamente alta inflação. Que não deixarão de existir pela força da propaganda e das bravatas da campanha. E mais: esses problemas terão de ser enfrentados depois de outubro, qualquer que seja o resultado das urnas. Ao que tudo indica, o discurso do “mais do mesmo” tem prazo de validade estampado no rótulo.

*

ECONOMISTA, FOI MINISTRO DA FAZENDA NO GOVERNO FHC
E-MAIL: MALAN@ESTADAC.COM.BR